

ANEXO V – METODOLOGIA DE CÁLCULO

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PLDO – 2024

ANEXO DE METAS FISCAIS E ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Niterói

2023

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2024

1. INTRODUÇÃO

A LDO é o elo entre o Plano Plurianual (PPA), que funciona como um plano de Governo, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), instrumento de viabilização da execução dos programas governamentais. A Constituição Federal estabelece que compete à Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- Compreender as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;
- Orientar a elaboração da lei orçamentária anual;
- Dispor sobre as alterações na legislação tributária; e
- Estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Com a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar 101/2000), além do disposto na Constituição, a LDO deve dispor sobre:

- Equilíbrio entre receitas e despesas;
- Critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas seguintes hipóteses:
 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais; ou
 - Enquanto perdurar o excesso de dívida consolidada de ente da Federação que tenha ultrapassado o respectivo limite ao final de um quadrimestre.
- Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; e
- Demais condições e exigências para a transferência de recursos a entidade públicas e privadas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu ainda que integrará o projeto de LDO o Anexo de Metas Fiscais (AMF), em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

O Anexo de Metas Fiscais conterá ainda:

- Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
 - Evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
 - Avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador, bem como dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial; e
 - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Além do Anexo de Metas Fiscais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais (ARF), onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Os principais parâmetros macroeconômicos projetados para a construção do cenário base são os seguintes: (i) de atividade econômica, envolvendo o PIB; (ii) da inflação; (iii) do setor externo, incluindo taxa de câmbio; (iv) dos agregados monetários e taxa de juros básica da economia; e (v) do preço do petróleo. Todas as demais variáveis incorporadas na construção do cenário base ou que podem vir a afetá-lo são consideradas de cunho não macroeconômico. O cenário base é a referência para a projeção das receitas do governo e para o estabelecimento do nível de despesas compatível com a meta de superávit primário estabelecida no corpo da LDO, assim como para as projeções de dívida pública. Todavia, é importante salientar que o próprio lapso temporal entre a elaboração da LDO e o início do ano a que ela se aplica resulta na majoração dos riscos em torno da consecução do cenário base originalmente projetado.

O atual cenário é de incerteza, tanto internamente quanto externamente. Os principais pontos de destaque apontados pelo Comitê de Política Monetária¹ são:

1. O ambiente externo segue marcado pela perspectiva de crescimento global abaixo do potencial no ano. A flexibilização da política de combate à Covid na China, um inverno mais ameno na Europa e a possibilidade de uma redução gradual no crescimento nos Estados Unidos suavizam a desaceleração econômica global esperada para os próximos trimestres em função do aperto das condições financeiras nas principais economias.
2. O ambiente inflacionário ainda segue desafiador, mas dados recentes sugerem alguma moderação na margem em diversos países. No período recente, observa-se uma normalização nas cadeias de suprimento e uma acomodação nos preços das principais commodities, levando a uma redução nas pressões inflacionárias ligadas a bens. Por outro lado, o baixo grau de ociosidade do mercado de trabalho em algumas economias, aliado a uma inflação corrente elevada e com alto grau de difusão, sugere que pressões inflacionárias no setor de serviços devem demorar a se dissipar.

¹ Conforme ata do COPOM de 01/02/2023.

PLDO – PROJEÇÕES DE PARÂMETROS

	2023	2024	2025	2026
PIB REAL	0,88%	1,47%	1,70%	1,80%
Inflação IPCA	5,95%	4,11%	3,90%	4,00%
Dólar (R\$/US\$)	R\$ 5,25	R\$ 5,30	R\$ 5,30	R\$ 5,40
Preço Médio do Barril de Petróleo (US\$/bbl)	\$83,63	\$77,57	\$77,57	\$77,57
Taxa de Juros (Selic)	12,75%	10,00%	9,00%	9,00%
Salário Mínimo	R\$ 1.294	R\$ 1.371	R\$ 1.427	R\$ 1.483

Fontes: Boletim Focus 17/03/23 (PIB, IPCA, Dólar, Selic)

Brent - Site ANP (consultado em 23/02/2023)

Salário Mínimo (reposição inflacionária)

3. O processo de normalização da política monetária nos países avançados prossegue na direção de taxas restritivas de forma sincronizada entre países, apertando as condições financeiras e impactando as expectativas de crescimento econômico. Após o processo de alta de juros, se delineia um período prolongado de juros elevados, o que requer maior cautela na condução das políticas econômicas também por parte de países emergentes.

4. No âmbito doméstico, o conjunto de indicadores divulgados desde a última reunião do Copom segue corroborando o cenário de desaceleração do crescimento esperado pelo Comitê. Observa-se queda nos indicadores de confiança e arrefecimento nos indicadores de produção industrial, de comércio e de serviços. O mercado de trabalho, que surpreendeu positivamente ao longo de 2022, continua mostrando sinais de desaceleração, com queda nas admissões líquidas do Novo Caged e relativa estabilidade na taxa de desemprego, proveniente de recuos na população ocupada e na força de trabalho.

5. Não obstante a desaceleração na margem, a inflação ao consumidor continua elevada. Os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, que apresentam maior inércia inflacionária, mantêm-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para

a inflação, ainda que tenham apresentado alguma moderação na margem. As expectativas de inflação para 2023 e 2024 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 5,95% e 4,11%, respectivamente.

3. INTRODUÇÃO AO ANEXO DE METAS FISCAIS

O objetivo primordial da política fiscal do governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos de forma a assegurar o crescimento sustentado, a distribuição da renda, o fortalecimento dos programas sociais, o adequado acesso aos serviços públicos, o financiamento de investimentos em infraestrutura, sem perder de vista que uma gestão fiscal responsável, que é condição necessária para a continuidade das políticas públicas e para tal deve-se garantir a sustentabilidade intertemporal da dívida pública.

Também fortalece a política fiscal o alinhamento às melhores práticas internacionais de ações de aperfeiçoamento da governança pública, tais como, o aprimoramento da eficiência da alocação dos recursos com medidas de racionalização dos gastos públicos, melhoria nas técnicas de gestão e controle, ampliação dos mecanismos de transparência.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) faz a correlação entre gestão fiscal responsável e a definição de metas de receitas e despesas:

Art. 1º.
[...]

§ 1º A **responsabilidade na gestão fiscal** pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o **equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas** e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

De acordo com o § 1º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais (AMF) em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. Também comporá o Anexo de Metas Fiscais o Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.

As metas fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais (Resultados Primário e Nominal) visando atingir os objetivos desejados quanto à trajetória de endividamento público no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira.

De maneira geral o resultado primário é apurado com base em:

a) **Receitas não financeiras ou primárias** – Correspondem ao total da receita arrecadada, deduzidas as seguintes:

- a) ganhos obtidos em aplicações financeiras;
- b) ingressos decorrentes de operações de crédito;
- c) recebimentos decorrentes de empréstimos concedidos pelo governo;
- d) receitas decorrentes de alienações de bens, como as relativas à privatização de empresas estatais.

Os recursos arrecadados em exercício anterior e que tenham gerado superávit financeiro, quando utilizados como fonte para abertura de créditos orçamentários adicionais são classificados como fonte financeira.

b) **Despesas não financeiras ou primárias** – Despesa total, deduzidas aquelas com:

- a) amortização, juros e outros encargos da dívida interna e externa;
- b) aquisição de títulos de capital já integralizado;
- c) concessão de empréstimos com retorno garantido.

O Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), estabelece orientações emanadas a todos os entes federados, para, entre outros aspectos, padronizar os demonstrativos fiscais nos três níveis de governo. Assim, a estrutura dos demonstrativos segue o modelo e regras estabelecido pela STN no referido Manual. A fim de dar cumprimento ao preceito da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deve ser composto pelos seguintes demonstrativos:

- a) Demonstrativo 1 – Metas Anuais;

- b) Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- g) Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- h) Demonstrativo 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

O cumprimento das metas deve ser acompanhado com base nas informações divulgadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária e no Relatório de Gestão Fiscal. A seguir são apresentados em cumprimento às exigências da LRF os principais parâmetros e a metodologia de cálculo utilizada para as projeções dos fluxos de receitas e despesas, bem como a projeção do estoque de dívida e disponibilidades.

4. PROJEÇÕES DE RECEITAS E DESPESAS (CRITÉRIO ACIMA DA LINHA)

As receitas e despesas estimadas para o triênio 2024 a 2026 levaram em consideração a grade de parâmetros macroeconômicos e os fluxos projetados pela Secretaria Municipal de Fazenda (SMF), pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (Sefaz/RJ) e Agência Nacional do Petróleo (ANP). Também foram considerados os esforços que estão sendo realizados pela administração fazendária na modernização da cobrança dos tributos, as ações de combate à inadimplência, além da possibilidade de captação de recursos voluntários vindos da União e do Estado, acrescentando-se, também, nos cálculos, as receitas provenientes dos convênios e das operações de crédito. Vale ressaltar também o esforço da SMF em criar e consolidar mecanismos para o controle e a gestão da dívida pública municipal, pois sem as informações projetadas dos elementos que influenciam a dinâmica da dívida seria inviável estabelecer metas fiscais consistentes.

4.1 Receitas que impactam os resultados fiscais

O resultado primário é impactado do lado das receitas pela apuração e projeção das receitas primárias. A seguir apresentam-se os critérios utilizados para projeção das principais receitas primárias:

a) Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) – Representou, em média, considerando o período de 2020 a 2022 cerca de 10,46% do total das receitas primárias correntes. Ao analisar a variação realizada nos últimos anos constata-se um crescimento de 6,91% em 2022, devido principalmente ao crescimento econômico e a inflação observada no período. Para o ano de 2023, as receitas foram projetadas considerando o aumento da base de cálculo e projeção de inadimplência. Para a projeção dos valores dos anos de 2024 a 2026, considerou-se a inflação do ano anterior como critério de crescimento anual para a arrecadação do imposto.

b) Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) – Representando em média cerca de 1,74% do total das receitas primárias correntes no período de 2020 a 2022. As variações realizadas foram de 2022/2021 (-8,79%) e 2021/2020 (53,70%). Em 2022, ainda que se tenha constatado queda em relação a 2021, arrecadação realizada superou a projeção inicial em 5,66%. Em 2023, projeta-se uma queda de 7,90% para o ano, por conta da revisão das estimativas em decorrência dos efeitos sobre a economia decorrentes do aumento da taxa de juros básica (SELIC) no período recente, que impacta a atividade do setor imobiliário e como consequência a arrecadação do ITBI, conforme estudo realizado pela subsecretaria de receita da SMF. Para 2024 a 2026, a projeção foi de aumento inflacionário.

c) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) - No período de 2020 a 2022 representou, em média, cerca de 8,38% do total das receitas primárias correntes. A variação realizada de 2022/2021 (27,5%) e 2021/2020 (31,32%) mostram a forte recuperação econômica após o grande impacto negativo sofrido em 2020, em virtude da pandemia. Para o ano de 2023, a estimativa, com base no desempenho atual do imposto é de crescimento de 5,90%, correlacionado com a expectativa para o IPCA e PIB. Em 2023 espera-se um crescimento mais modesto desse imposto considerando as condições econômicas observadas em 2021 a 2022 tendem a não se repetir esse ano. Para os próximos anos, de 2024 a 2026, a projeção de crescimento considera a expectativa para o PIB e Inflação no período.

d) Taxas – Representaram, em média, cerca de 1,5% do total das receitas primárias correntes no período de 2020 a 2022. Considerando a variação realizada de 2022/2021 (9,74%) e 2021/2020 (11,39%), para 2023, a projeção é manter o patamar de arrecadação de 2022. Para os próximos anos, 2024 a 2026, a previsão é de aumento pela inflação.

e) Receitas da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - De 2020 a 2022 representou cerca de 0,80% do total das receitas primárias correntes. Ao analisar a série histórica observa-se um crescimento médio de 0,2% entre 2020 a 2022 e este foi o parâmetro utilizado para projetar o triênio 2024 a 2026.

R\$ (milhões)

Exercício	IPTU	ISS	ITBI	TAXAS	COSIP
2023	521,2	490,6	75,3	73,0	39,9
2024	552,2	517,9	78,4	76,0	40,0
2025	574,9	546,9	81,4	78,9	40,1
2026	597,3	578,7	84,7	82,1	40,2

Fonte: SMF, 04/04/2023

Tabela 1- Receitas cobradas pela Fazenda

f) Receitas de Contribuições Previdenciárias - De 2020 a 2022 representou cerca de 2,3% do total das receitas primárias, sendo a principal receita da rubrica de contribuições, representando no período de 2020 a 2022 uma média de cerca de 74% desse total. Para 2023, é previsto um aumento de 5,95% em relação a 2022 e, para os próximos, uma evolução junto com o crescimento projetado para as despesas de pessoal.

g) Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) – De 2020 a 2022 representou, em média, cerca de 3,5% do total das receitas primárias correntes. Esta receita guarda correlação com a despesa com pessoal, pois a maior parte dos valores retidos são decorrentes da incidência sobre a folha de pagamento. A variação realizada de 2022/2021 (+20,28%) e 2021/2020 (+13,46%) é explicada principalmente pelo aumento da base de salários acima da faixa de isenção. Considerando as projeções das despesas com pessoal e o histórico de crescimento médio de 11,7% entre 2020 e 2022, optou-se por manter os valores previstos na lei orçamentária, que preveem um crescimento de 21,4% para essa fonte de receitas em 2023, já considerando a estimativa de arrecadação com imposto de renda retido na fonte de pessoa jurídica com base em decisão do STF sobre tema. Para o triênio 2024 a 2026 optou-se por projeção conservadora no sentido de seguir os mesmos percentuais de incremento da despesa com pessoal.

h) Receita patrimonial (exceto aplicação financeira) – As receitas patrimoniais, exceto aplicação financeira, representaram cerca 1,03% do total das receitas primárias correntes entre 2020 e 2022. As receitas patrimoniais historicamente apresentam flutuação devido a fatores não recorrentes, como o recebimento de outorgas, o que ocorreu em 2021 e 2022 (cerca de R\$ 80 milhões acumulados pela cessão da folha de pagamento). Para 2023, utiliza-se a previsão orçamentária, que não considera essas receitas não recorrentes recebidas em anos anteriores e, para o triênio 2024 a 2026, foi considerado como critério de crescimento a inflação projetada. Vale ressaltar que na previsão das receitas patrimoniais são excluídas as receitas decorrentes de remuneração de depósitos bancários, pois de acordo com a metodologia de apuração de resultados fiscais são receitas financeiras que não impactam o resultado primário, porém afetam o resultado nominal.

i) Cota-Parte FPM – A transferência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) representou em média 1,6% do total das receitas primárias correntes entre 2020 e 2022, já deduzida a contribuição para o Fundeb (20%). A variação realizada de 2022/2021 (+26,8%) e 2021/2020 (+33,33%), com média de 29,71%, demonstra tendência de crescimento elevado por questões conjunturais do período que não devem se repetir nos próximos anos. Desta forma, para a projeção de arrecadação do FPM em 2023, atualizou-se o valor arrecadado em 2022 considerando a expectativa de inflação e PIB. Para os próximos anos, de 2024 a 2026, utilizando a mesma metodologia, projetou-se um aumento considerando o PIB e a inflação esperada no período.

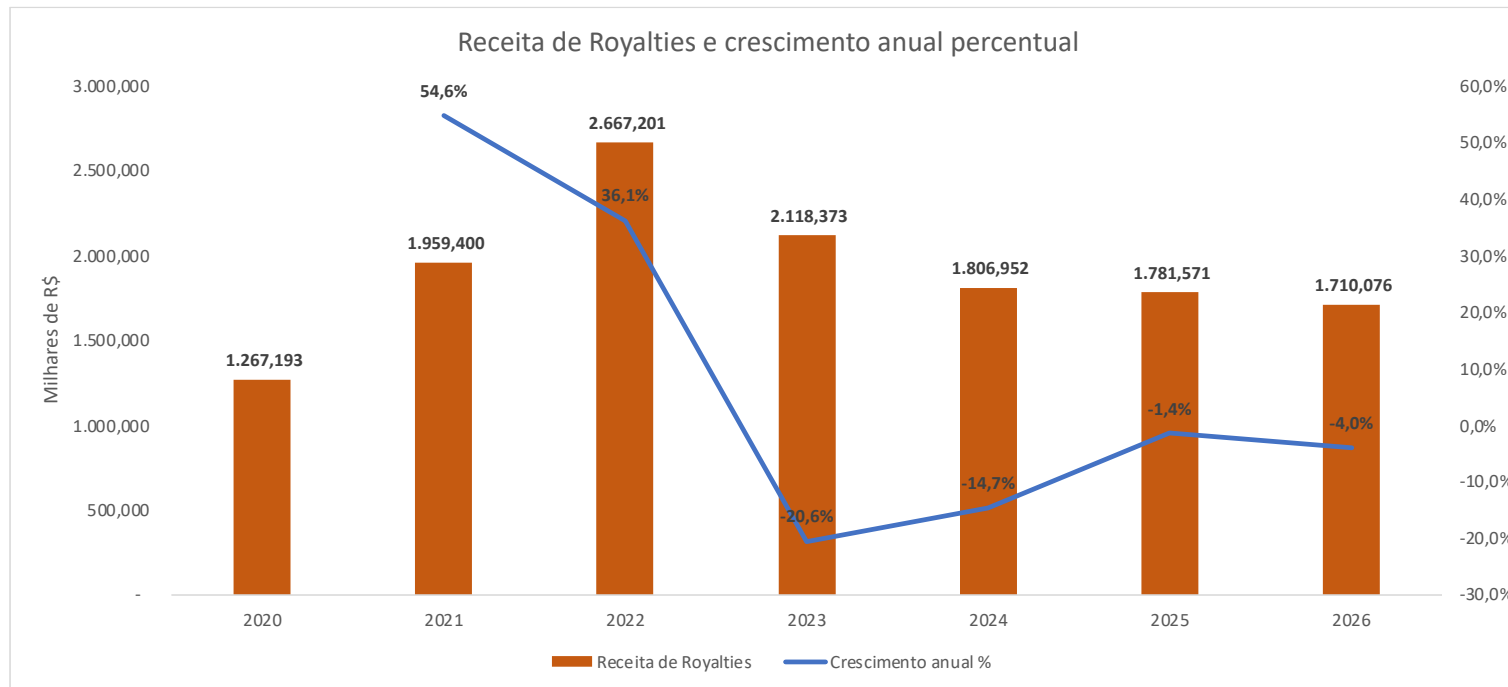
j) Cota-Parte ICMS – A transferência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) representou em média 11,6% do total das receitas primárias correntes no período de 2020 a 2022, já deduzida a contribuição para o Fundeb (20%). A variação observada em 2022/2021 foi de -13,9% e em 2021/2020 de +29,6%. Considerando a vigência dos efeitos da Lei Complementar nº 194/2022 e da Lei Complementar nº 192/2022 a consequente queda no recebimento do ICMS, para 2023, a projeção é de queda de 8,9%, conforme dados projetados pela SEFAZ/RJ e IPM (5,447 – Decreto Estadual nº 48.284/2022) do município de Niterói. Para 2024 a 2026, reajustou-se a previsão pela expectativa de Inflação.

k) Cota-Parte IPVA – No período de 2022 a 2020, a transferência do Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA) representou, em média, cerca

de 1,8% do total das receitas primárias correntes, já deduzida a contribuição para o Fundeb (20%). Ao observar a variação realizada de 2022/2021 (+21,1%) e 2021/2020 (10,7%), constata-se um elevado crescimento dessa receita considerando fatores conjunturais do mercado de automóveis que apresentou valorização expressiva nos valores dos automóveis, bem como relacionados ao crescimento econômico e inflação. A previsão para 2023 é de um crescimento de 5,9%. Na projeção para os anos de 2024 a 2026 considerou-se crescimento pela inflação e PIB projetados para o período.

I) Compensações Financeiras (Royalties Petróleo) – Nos últimos anos a receita de royalties do petróleo, incluindo a parcela da participação especial definida na forma da legislação, consolidou-se como a principal fonte de receita do município, representando média de 44,8% do total das receitas primárias correntes entre 2020 e 2022. A instabilidade dessa receita, no entanto, é fator de cautela, com flutuações cambiais e no preço do barril (*brent*) que afetam diretamente o valor recebido, como no ano de 2020, em que a queda no preço do barril (*Brent*) em decorrência da pandemia ocasionou uma retração de 8,2% dessa receita. Por outro lado, em 2022, pelo contexto de guerra entre Rússia e Ucrânia houve um aumento exponencial do preço do barril de petróleo, passando de um patamar de US\$/bbl 78,00 no final de 2021, para o pico de US\$ 127,98 por barril no início de março de 2022, retornando a valores próximos a US\$/bbl 100,00 no final do ano. Esse aumento de preços em 2022 se refletiu em aumento de receita para o Município, que apresentou crescimento de 36,1%.

Na projeção da receita de royalties entre 2023 a 2026, a estimativa é feita adotando-se os valores estimados pela ANP.



Para 2023, a ANP estima uma redução de 20,6% em relação a 2022 refletindo a expectativa da queda no preço do petróleo em relação ao valor médio observado em 2022. Para 2024 a 2026, é estimada uma estabilidade nos preços do petróleo e, conseqüentemente, uma variabilidade menor em relação ao recebimento de royalties.

Importante enfatizar que nas estimativas da receita já foram consideradas as renúncias previstas no Demonstrativo 7 do AMF, que por sua vez também serão consideradas para a estimativa das receitas administradas, quando da elaboração da lei orçamentária anual, na forma do artigo 12 da LRF, portanto, as metas fiscais previstas no Demonstrativo 1 do AMF já estão impactadas pelas renúncias de receitas primárias previstas no demonstrativo 7.

4.2. Despesas primárias

No caso das principais despesas primárias os critérios foram os seguintes:

- a) Pessoal** – Representa em média (2020 a 2022), 47,1% do total das despesas primárias. A despesa com pessoal é impactada por novas contratações, crescimento vegetativo da folha, reposição de servidores aposentados e aumentos salariais. A variação realizada de 2022/2021 (+11,9%) e 2021/2020 (+11,5%), demonstram uma tendência de crescimento. Para o ano de 2023, utilizou-se a projeção com base na média móvel de liquidação do primeiro trimestre do exercício corrente, representando um percentual de crescimento de 5,1%.
- b) Outras Despesas Correntes** - Representa em média (2020 a 2022), 38,9% do total das despesas primárias. As variações realizadas de 2022/2021 (-4,3%), 2021/2020 (+3,0%) demonstram os efeitos no custeio durante e pós pandemia. Para 2023, a projeção baseou-se na alocação da Lei Orçamentária Anual, representando um percentual de crescimento de 6,4%.
- c) Investimentos** – Representa em média (2020 a 2022), 8,9% do total das despesas primárias. A variação realizada de 2022/2021 (+82,1%) demonstra uma crescente destinação de recursos para investimentos no município. Para 2023, projeta-se um crescimento de 13,1% considerando as despesas mapeadas e a média de pagamento nos últimos três exercícios financeiros, permanecendo com um aumento expressivo.

Poder Legislativo

Conforme estabelecido no inciso IV do caput e § 1-A, ambos do art. 29-A da Constituição de 1988, as despesas do Poder Legislativo serão limitadas a 4,5% das receitas arrecadadas em 2022. Dessa forma, considerou-se para as despesas de Pessoal 70% do percentual da receita e o restante como despesa de Custeio.

4.3. Projeções de Restos a Pagar Processados

A observância dos requisitos legais para execução da despesa pública muitas vezes exige o cumprimento de cronogramas que consomem vários meses, podendo se estender para exercícios futuros. Assim, ao final de um exercício, se a despesa empenhada ainda não houver sido paga, seu valor será reconhecido como despesa orçamentária, e caso cumpra os requisitos da legislação, será inscrita em restos a pagar.

A Lei nº 4.320/1964, em seu artigo 36, distingue os restos a pagar em duas categorias. Se os bens ou serviços já se encontrarem devidamente entregues e aceitos, restando apenas serem pagos, a obrigação será denominada restos a pagar processados. Caso a execução da despesa se encontre em qualquer outra fase, a obrigação recebe a denominação restos a pagar não processados.

Com a mudança da metodologia de apuração dos resultados fiscais da ótica de liquidação para a ótica de caixa se faz necessário projetar os montantes de restos a pagar para os próximos exercícios, pois a variação dos saldos de restos a pagar processados é um dos itens de ajuste na compatibilização dos resultados apurados acima e abaixo da linha. O Manual dos Demonstrativos Fiscais assim explica a necessidades desse ajuste:

VARIAÇÃO SALDO RPP

Identifica a variação do saldo dos Restos a Pagar Processados no período. Este ajuste deve ser realizado tendo em vista que as despesas primárias diminuem as disponibilidades de caixa no momento de seu pagamento. Contudo, no cálculo da DCL, os restos a pagar processados são deduzidos das disponibilidades de caixa, impactando o valor da dívida líquida já no momento de sua inscrição. De forma a harmonizar os resultados primários e nominal acima da linha com a apuração abaixo da linha, é preciso, portanto, expurgar do resultado abaixo da linha o valor das variações no saldo de restos a pagar processados ocorridas durante o período de apuração.

A variação dos restos a pagar informada nessa linha deve ser compatível com os valores do período inicial e do período final que realmente provocaram impacto na DC, ou seja, deve-se observar a limitação do impacto da dedução dos restos a pagar processados até o total da Disponibilidade Bruta.

A projeção dos restos a pagar para os demais exercícios seguintes (2023 a 2026) utilizou como parâmetro a média percentual dos últimos três exercícios dos restos a pagar inscritos e pagos. A tabela a seguir demonstra os valores projetados:

Despesas Primárias	Execução dos Restos a Pagar			Projeção de Restos a Pagar					
	2022			2023		2024		2025	2026
	RP Inscrito	RP Cancelado	RP Pagos	RP Inscrito	RP Pagos	RP Inscrito	RP Pagos	RP Pagos	RP Pagos
Despesa Total	262.679.363	106.576.590	144.209.008	612.435.892	344.307.660	472.315.824	233.545.717	244.689.834	254.979.606
DESPESAS CORRENTES (XIII)	197.784.343	90.110.303	108.957.747	320.834.736	184.018.711	298.724.028	156.459.443	164.445.182	171.614.557
Pessoal e Encargos Sociais	57.681.004	20.931.762	34.169.301	68.609.876	42.931.357	94.113.881	55.751.552	59.598.409	62.678.599
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	271.374	102.743	0	1.438.337	3.426	554.007	1.319	1.162	1.368
Outras Despesas Correntes	139.831.964	69.075.797	74.788.446	250.786.523	141.083.928	204.056.140	100.706.571	104.845.611	108.934.590
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	197.512.968	90.007.560	108.957.747	319.396.399	184.015.286	298.170.021	156.458.123	164.444.020	171.613.189
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	64.895.020	16.466.287	35.251.261	291.601.156	160.288.948	173.591.796	77.086.274	80.244.651	83.365.049
Investimentos	63.801.576	16.395.785	35.251.261	288.778.688	159.554.252	172.390.798	76.773.651	79.929.048	83.046.281
Inversões Financeiras	663.161	0	0	0	0		0	0	0
Amortização da Dívida (XIV)	430.283	70.502	0	2.822.468	734.697	1.200.998	312.623	315.604	318.768
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	64.464.737	16.395.785	35.251.261	288.778.688	159.554.252	172.390.798	76.773.651	79.929.048	83.046.281
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	261.977.705	106.403.344	144.209.008	608.175.087	343.569.538	470.560.819	233.231.774	244.373.068	254.659.470

5. Dinâmica da Dívida Consolidada Líquida (DCL)

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a abrangência da dívida pública a ser controlada por meio das metas fiscais tem relação direta com o conceito de Dívida Consolidada Líquida (DCL), que segundo o Manual dos Demonstrativos Fiscais do Tesouro nacional (MDF) corresponde à Dívida Consolidada ou Fundada menos as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Segundo a LRF, Dívida Consolidada ou Fundada corresponde ao montante total das obrigações financeiras, apurado sem duplicidade (excluídas obrigações entre órgãos da administração direta e entre estes e as entidades da administração indireta), assumidas:

- a) pela emissão de títulos públicos, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses (dívida mobiliária);
- b) em virtude de leis, contratos (dívida contratual), convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses;
- c) pela realização de operações de crédito que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

d) com os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

e) pela realização de operações equiparadas a operações de crédito pela LRF, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses.

Não compõem a dívida consolidada para efeito de verificação do cumprimento dos limites, os precatórios judiciais emitidos antes de 5 de maio de 2000, o passivo atuarial dos regimes próprios de previdência e a dívida contratual de PPP. De acordo com o MDF o entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos dos respectivos ajustes para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos com retorno garantido. Não são considerados haveres financeiros:

a) Os créditos tributários e não-tributários (exceto os empréstimos e financiamentos concedidos) reconhecidos segundo o princípio da competência, por meio de variações ativas;

b) Os valores inscritos em Dívida Ativa;

c) Outros valores que não representem créditos a receber, tais como Estoques e contas do Ativo Imobilizado;

d) Os adiantamentos concedidos a fornecedores de bens e serviços, a pessoal e a terceiros;

e) Depósitos restituíveis e valores vinculados;

f) Participações permanentes da unidade em outras entidades em forma de ações ou cotas.

Nas projeções da trajetória da dívida pública consolidada foi tomado como ponto de partida o estoque final da dívida consolidada projetado para 2022, que, por definição, será o estoque inicial de 2023. A partir daí foram projetados os fluxos de que impactam o estoque da dívida:

a) ingressos de operações de crédito;

b) juros por competência;

c) pagamento do serviço da dívida (juros e amortização).

Para as operações de crédito levou-se em consideração o cronograma de desembolso dos empréstimos e financiamentos em andamento. Nesse sentido, haja vista o volume de recursos do Tesouro Municipal, em 2022, iniciou-se o processo de interrupção dos recursos ainda não liberados no âmbito do contrato de empréstimo celebrado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), reduzindo assim as estimativas de receitas de operações de crédito

e, conseqüentemente, pagamento de juros e amortizações para os próximos anos. No caso dos parcelamentos e renegociações de dívidas, referentes a tributos, as projeções consideraram que o saldo total ao final de 2022 será totalmente amortizado até 2026.

Houve a preocupação em compatibilizar os resultados fiscais apurados pelo confronto das receitas e despesas (fluxo – acima da linha) com os calculados a partir da variação da dívida fiscal líquida (variação do estoque – abaixo da linha), conceito de dívida que segundo as estatísticas fiscais é representada pela dívida consolidada líquida ajustada pelos efeitos patrimoniais decorrentes:

- a) da variação saldo restos a pagar processados;
- b) da receita de alienação de investimentos permanentes;
- c) dos passivos reconhecidos que impactem a dívida consolidada;
- d) variação cambial;
- e) pagamento de precatórios integrantes da dívida consolidada.

A previsão de pagamentos dos precatórios considera a proposta realizada pela Secretaria de Fazenda ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ, que prevê o repasse de 1,3% da RCL em 2023. A estimativa tem como base o estoque de precatório apurado ao final de 2022 e as previsões de pagamento, projetando-se que o saldo de precatórios será quitado ao final de 2024.

Demonstrativo 1 – Metas Anuais

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal devem ser estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem (2024) e para os dois seguintes (2025 e 2026). Para elaboração das projeções foram considerados:

- a) receitas e despesas primárias sob a ótica de caixa (vide tópico 4);
- b) juros ativos (receitas de aplicações financeiras) e juros passivos (incidentes sobre a DCL) por competência;
- c) estoque da dívida consolidada;
- d) haveres financeiros (disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e demais haveres financeiros).

O demonstrativo a seguir apresenta as metas fiscais para o triênio 2024 a 2026, sendo as metas dos dois últimos anos apenas indicativas da política fiscal do Município. Para obtenção dos valores constantes foi utilizado o IPCA. A expectativa é de que a receita primária diminua gradualmente, principalmente em função das quedas de transferências de receitas da União originárias da compensação financeira da exploração do petróleo e ICMS (vide tópico que trata das projeções das receitas primárias). Outros fatores de risco incluem as incertezas decorrentes do cenário macroeconômico como a projeção de crescimento do PIB e inflação.

No que se refere à despesa, condizente com a preocupação com o equilíbrio intergeracional decorrente da utilização dos recursos dos royalties, há um aumento em decorrência principalmente dos investimentos que integram um conjunto de obras já anunciadas pelo governo para o período de 2023 e 2024. Nesse sentido, em relação à projeção do resultado primário, estima-se para 2024 o valor de R\$ 74,9 milhões, que corresponde a 1,5% da RCL projetado para o ano.

No entanto, percebe-se uma trajetória de diminuição da dívida consolidada a partir de 2023, em função de amortização das dívidas contratuais junto às Instituições Financeiras Internas e Externas e pelo fluxo positivo projetado para os precatórios. Outro fator relevante é que não há previsão de desembolsos de operações de crédito após 2023.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) acompanha principalmente a trajetória do resultado nominal, com uma projeção de continuidade do processo de diminuição gradativa ao longo dos próximos 3 anos. Vale ressaltar que a DCL é um indicador importante para avaliação dos limites de endividamento público para os entes da Federação definidos na Resolução do Senado. No último exercício, houve uma variação da DCL do patamar de -27,3% da RCL em 2021 para -34,8% da RCL em 2022. Destaca-se a mudança de classificação dos recursos do Fundo de Equalização da Receita (FER), de acordo com parecer da STN, alterando a classificação contábil dos recursos de disponibilidade de caixa para investimentos. Essa alteração contábil reflete o caráter de longo prazo dos recursos do FER e a sua natureza de poupança intergeracional. Assim, considerando a nova classificação, observa-se uma redução do valor correspondente na disponibilidade de caixa em 31/12/2022. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, a DCL do Município

continua negativa, evidenciando uma situação de caixa líquido. A trajetória esperada para o triênio 2024 a 2026 é de elevação das disponibilidades de caixa numa postura fiscal responsável que levará a DCL para -72,1% da RCL em 2026, indicando haveres financeiros substancialmente maiores que dívida consolidada especialmente por conta do resultado financeiro obtido com a disponibilidade de caixa.



NITERÓI

PREFEITURA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2024			2025			2026		
	Valor	Valor	% RCL	Valor	Valor	% RCL	Valor	Valor	% RCL
	Corrente	Constante	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / RCL)	Corrente	Constante	(c / RCL)
	(a)	x 100	x 100	(b)	x 100	x 100	(c)	x 100	x 100
Receita Total	5.007.709	4.810.017	102,4%	5.062.105	4.679.755	102,4%	5.105.064	4.537.952	102,4%
Receitas Primárias (I)	4.635.580	4.452.579	94,8%	4.736.026	4.378.306	95,8%	4.791.085	4.258.852	96,1%
Receitas Primárias Correntes	4.635.580	4.452.579	94,8%	4.736.026	4.378.306	95,8%	4.791.085	4.258.852	96,1%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.458.701	1.401.115	29,8%	1.532.581	1.416.822	31,0%	1.606.078	1.427.662	32,2%
Contribuições	175.450	168.524	3,6%	184.894	170.929	3,7%	192.476	171.094	3,9%
Transferências Correntes	2.942.506	2.826.343	60,2%	2.957.330	2.733.958	59,8%	2.928.861	2.603.499	58,8%
Demais Receitas Primárias Correntes	58.923	56.597	1,2%	61.221	56.597	1,2%	63.670	56.597	1,3%
Receitas Primárias de Capital	0	-	0,0%	0	-	0,0%	0	-	0,0%
Despesa Total	4.674.074	4.489.553	95,6%	4.866.305	4.498.744	98,5%	5.077.515	4.513.463	101,9%
Despesas Primárias (II)	4.560.662	4.380.619	93,3%	4.756.780	4.397.492	96,3%	4.971.766	4.419.461	99,8%
Despesas Primárias Correntes	3.823.081	3.672.155	78,2%	3.987.328	3.686.158	80,7%	4.171.550	3.708.140	83,7%
Pessoal e Encargos Sociais	2.118.047	2.034.431	43,3%	2.264.192	2.093.173	45,8%	2.381.211	2.116.686	47,8%
Outras Despesas Correntes	1.705.034	1.637.724	34,9%	1.723.136	1.592.985	34,9%	1.790.339	1.591.453	35,9%
Despesas Primárias de Capital	504.350	484.439	10,3%	525.079	485.418	10,6%	545.557	484.952	10,9%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	233.232	224.024	4,8%	244.373	225.915	4,9%	254.659	226.370	5,1%
Resultado Primário (III) = (I - II)	74.918	71.961	1,5%	(20.754)	(19.186)	-0,4%	(180.681)	(160.609)	-3,6%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	372.136	357.445	7,6%	326.086	301.456	6,6%	313.988	279.107	6,3%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	38.484	36.965	0,8%	33.883	31.324	0,7%	29.349	26.088	0,6%
Resultado Nominal (VI) = III + (IV-V)	408.570	392.441	8,4%	271.449	250.946	5,5%	103.958	92.410	2,1%
Dívida Pública Consolidada	544.776	523.270	11,1%	469.134	433.700	9,5%	392.734	349.106	7,9%
Dívida Consolidada Líquida	(3.238.408)	(3.110.564)	-66,2%	(3.499.397)	(3.235.082)	-70,8%	(3.591.890)	(3.192.873)	-72,1%
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Secretaria Municipal de Fazenda. Data de emissão 11/04/2023.



Valores constantes calculados considerando o IPCA. Resultados fiscais calculados acima da linha sob o critério de caixa para as receitas e despesas e de competência para os juros nominais. As projeções consideraram os conceitos estabelecidos no Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN.

Demonstrativo 2

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Inciso I do § 2º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

O Demonstrativo informa as metas (em valores e em percentual da RCL) para receita (total e primária), despesa (total e primária), resultados primário e nominal, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida, para o segundo ano anterior ao ano de referência da LDO (por exemplo, para a LDO feita em 2023 e se referindo ao exercício de 2024, será avaliado o cumprimento das metas relativas ao exercício de 2022, que é o exercício anterior ao da elaboração da LDO). Segundo o Manual dos Demonstrativos Fiscais alguns fatores, tais como o cenário macroeconômico, o desempenho das empresas estatais, as taxas de câmbio e de inflação, devem ser motivo de explanação a respeito dos resultados obtidos.

Assim, a principal finalidade é a de estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro de 2022, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas. Para o cálculo do Resultado Primário utiliza-se a metodologia acima da linha, isto é, o confronto das Receitas Primárias (I) menos as Despesas Primárias (II) e indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

A meta do resultado nominal é definida e acompanhada pela metodologia acima da linha. Por essa metodologia, o resultado nominal é obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos), que não são apresentados no quadro exigido pela STN, mas está implícito na diferença entre o resultado nominal e o primário.

O valor da Dívida Pública Consolidada corresponde ao total apurado:

- a) das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;

- b) das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- c) dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Já a Dívida Consolidada Líquida (DCL) segundo a LRF corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – (LDO 2022), estabeleceu a meta de R\$ 113,818 milhões de superávit primário. Encerrado o exercício de 2022, verificou-se que o Município de Niterói atingiu um superávit primário de R\$ 1.531 bilhão. Esse superávit foi 1.245% acima do previsto e teve, como um dos principais fatores, o aumento dos ingressos de recursos provenientes de royalties (36,1% sobre a receita em 2021 e 77,22% sobre o inicialmente previsto na LOA). Nesse sentido, considerando a arrecadação de royalties acima do previsto em LOA, que foi base para as projeções das metas de 2022, correspondendo a uma diferença superior a R\$ 1.162 bilhão, tal performance impactou positivamente as metas fiscais. Outro fator importante para esse superávit acima do previsto foi o fato de que à época da elaboração das metas para o exercício de 2022 havia grande imprevisibilidade decorrente das consequências econômicas do cenário de pandemia, bem como a grande e inesperada recuperação das receitas municipais em 2022. Assim, as despesas primárias tiveram uma variação bem menor quando se compara as variações de receitas primárias, o que explica em grande parte a diferença entre o resultado projetado e o obtido.

Cabe ainda destacar que parte do superávit primário se manteve em caixa, o que se pode comprovar nos relatórios da LRF pela elevação das disponibilidades de caixa do patamar de R\$ 2,065 bilhões para R\$ 2,944 bilhões, demonstrando de forma inequívoca a preocupação com o equilíbrio fiscal do presente e do futuro, sendo a outra parte utilizada para realizar os investimentos mencionados anteriormente.

AMF - DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2022 (a)	% RCL	Metas Realizadas em 2022 (b)	% RCL	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	3.653.342	109,5%	5.831.858	104,2%	2.178.516	59,63
Receitas Primárias (I)	3.481.097	104,3%	5.343.940	95,5%	1.862.843	53,51
Despesa Total	3.417.619	102,4%	3.931.945	70,2%	514.326	15,05
Despesas Primárias (II)	3.367.279	100,9%	3.812.869	68,1%	445.590	13,23
Resultado Primário (III) = (I-II)	113.818	3,4%	1.531.071	27,4%	1.417.253	1.245,19
Resultado Nominal	97.472	2,9%	1.900.023	33,9%	1.802.551	1.849,30
Dívida Pública Consolidada	814.714	24,4%	791.466	14,1%	-23.248	-2,85
Dívida Consolidada Líquida	(779.236)	-23,4%	(1.949.832)	-34,8%	(1.170.596)	150,22

FONTE: Anexo de Metas Fiscais da LDO 2022 e Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Dezembro/2022

Demonstrativo 3

Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

§ 2º, inciso II, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

O objetivo do Demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal do ente federativo, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. A fim de gerar maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados a preços correntes e constantes.

Os critérios utilizados para as projeções do triênio 2024 a 2026 estão apresentados e detalhados no tópico “Metodologia de Cálculo”, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal que a obrigatoriedade de os demonstrativos de metas serem instruídos com a memória e metodologia de cálculo, objetivando demonstrar como tais valores foram obtidos.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2024

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	3.457.145	3.653.342	5,7%	4.746.784	29,9%	5.007.709	5,5%	5.062.105	1,1%	5.105.064	0,8%
Receitas Primárias (I)	3.185.193	3.481.097	9,3%	4.378.449	25,8%	4.635.580	5,9%	4.736.026	2,2%	4.791.085	1,2%
Despesa Total	3.298.408	3.417.619	3,6%	4.480.741	31,1%	4.674.074	4,3%	4.866.305	4,1%	5.077.515	4,3%
Despesas Primárias (II)	3.135.100	3.367.279	7,4%	4.330.147	28,6%	4.560.662	5,3%	4.756.780	4,3%	4.971.766	4,5%
Resultado Primário (III) = (I - II)	50.093	113.818	127,2%	48.302	-57,6%	74.918	55,1%	(20.754)	-127,7%	(180.681)	770,6%
Resultado Nominal	137.207	97.472	-29,0%	246.721	153,1%	408.570	65,6%	271.449	-33,6%	103.958	-61,7%
Dívida Pública Consolidada	753.367	814.714	8,1%	850.113	4,3%	544.776	-35,9%	469.134	-13,9%	392.734	-16,3%
Dívida Consolidada Líquida	(1.325.976)	(779.236)	-41,2%	(2.445.702)	213,9%	(3.238.408)	32,4%	(3.499.397)	8,1%	(3.591.890)	2,6%

Obs. Valores dos resultados primário e nominal de 2024 a 2026 calculados pelo critério acima da linha. Informações de 2021 a 2023 constantes do AMF - LDO.

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	3.874.924	3.870.716	-0,1%	4.746.784	22,6%	4.810.017	1,3%	4.679.755	-2,7%	4.537.952	-3,0%
Receitas Primárias (I)	3.570.108	3.688.222	3,3%	4.378.449	18,7%	4.452.579	1,7%	4.378.306	-1,7%	4.258.852	-2,7%
Despesa Total	3.697.004	3.620.967	-2,1%	4.480.741	23,7%	4.489.553	0,2%	4.498.744	0,2%	4.513.463	0,3%
Despesas Primárias (II)	3.513.961	3.567.632	1,5%	4.330.147	21,4%	4.380.619	1,2%	4.397.492	0,4%	4.419.461	0,5%
Resultado Primário (III) = (I - II)	56.146	120.590	114,8%	48.302	-59,9%	71.961	49,0%	-19.186	-126,7%	-160.609	737,1%
Resultado Nominal	153.788	103.272	-32,8%	246.721	138,9%	392.441	59,1%	250.946	-36,1%	92.410	-63,2%
Dívida Pública Consolidada	844.408	863.189	2,2%	850.113	-1,5%	523.270	-38,4%	433.700	-17,1%	349.106	-19,5%
Dívida Consolidada Líquida	(1.486.214)	(825.601)	-44,4%	(2.445.702)	196,2%	(3.110.564)	27,2%	(3.235.082)	4,0%	(3.192.873)	-1,3%

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda. Data da emissão 11/04/2023. Valores deflacionados pelo IPCA.

Demonstrativo 4

Evolução do Patrimônio Líquido

§ 2o, inciso III, do art. 4o da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

O Patrimônio Líquido (PL) reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida do Município, ou seja, representa a diferença entre o “Ativo Real” e o “Passivo Real”. Integram o patrimônio líquido: patrimônio/capital social, reservas, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), as contas que compõem o PL são as seguintes:

- a) **Patrimônio/Capital Social:** Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.
- b) **Reservas:** Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado, as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas e as demais reservas, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.
- c) **Resultados Acumulados:** Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra a conta Resultados Acumulados.

AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2024

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2021	%	2022	%
Patrimônio/Capital/AFAC	6.259	0,3%	7.297	0,2%	36.529	0,6%
Reservas	27.492	1,2%	33.192	1,0%	0,248	0,0%
Resultado Acumulado	2.202.390	98,5%	3.197.217	98,7%	6.239.010	99,4%
TOTAL	2.236.140	100%	3.237.705	100%	6.275.539	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2021	%	2022	%
Patrimônio	-		-			
Reservas	-		-			
Resultados Acumulados	167.978	100%	356.495	100%	22.195	100%
TOTAL	167.978	100%	356.495	100%	22.195	100%

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda. Data da emissão 12/04/2023

Demonstrativo 7

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

§ 2º, inciso V, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

O Demonstrativo tem por objetivo dar transparência às renúncias de receita previstas no projeto de LDO, para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das renúncias fiscais concedidas. Apesar de esse demonstrativo ter por base legal o art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ele visa a dar transparência também ao cumprimento dos requisitos exigidos para a concessão ou ampliação de benefícios de natureza tributária dispostos no art. 14 da LRF, que estabelece:

A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na LDO e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas fiscais previstas no anexo próprio da LDO;

II – Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Para realização das estimativas de renúncia foram realizadas pesquisas no sistema de controle do crédito tributário (E-cidade) relativas ao ano base de 2023 e projetado os valores para o triênio 2024 a 2026. Utilizou-se como índice de atualização o IPCA conforme tabela de parâmetros macroeconômicos.

AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2024

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	LEGISLAÇÃO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
				2024	2025	2026	
ISSQN	Incentivo Fiscal.	Lei de Incentivo à Cultura, beneficiando contribuintes do ISSQN que patrocinarem/doarem recursos a projetos culturais selecionados.	Lei nº 3.182/15: arts. 61 e 62 e Decreto nº 12.747/17: arts. 18 e 19.	3.000.000	3.000.000	3.000.000	Renúncia já considerada na estimativa da receita, nos termos do art. 14, inciso I, da LC nº 101, de 04/05/2000, não afetando as metas de resultados fiscais.
IPTU	Incentivo Fiscal.	Lei de Incentivo à Cultura, beneficiando contribuintes do IPTU que patrocinarem/doarem recursos a projetos culturais selecionados.	Lei nº 3.182/15: arts. 61 e 62 e Decreto nº 12.747/17: arts. 18 e 19.	500.000	500.000	500.000	
IPTU	Incentivo Fiscal	Concessão de créditos do IPTU originários de parcelas do ISSQN do Programa NitNota. Beneficia contribuintes do IPTU que sejam tomadores de serviços para os quais foram emitidas notas fiscais de serviços.	Lei nº 2.597/08: arts. 73-B e 73-C e Decreto nº 12.634/2017.	192.460	200.197	207.805	
ISSQN	Alteração de Alíquota	Reduz de 5% para 2% as alíquotas do ISSQN para os serviços de streaming de áudios e vídeos (subitem 1.09 da Lista Anexa à LC nº 116/03) e para os serviços de plataformas digitais da economia digitalizada (subitem 10.02, quando relacionado às operações de intermediação por plataforma digital).	Lei nº 3.682/2021: art. 4º.	-	-	-	
IPTU	Isenção	Estende a isenção prevista no art. 6º, VII, da Lei nº 2.597/2008 à parte do imóvel titularizada pelos demais herdeiros ou sucessores.	Lei nº 3.682/2021: art. 3º.	149.159	154.827	160.695	
IPTU e TCIL	Isenção parcial de 50%	Isenção parcial de 50% do IPTU e da TCIL referentes aos imóveis inseridos no Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social de São José e Igrejinha e no Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social de Ciclovía/Barreira.	REURB São José e Igrejinha e Ciclovía/Barreira (Processo nº 750/3851/2022)	-	-	-	
IPTU e TCIL	Anistia e Remissão.	Remissão e anistia de créditos tributários decorrentes de IPTU e TCIL relativos aos imóveis inseridos no Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social de São José e Igrejinha e no Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social de Ciclovía/Barreira.	REURB São José e Igrejinha e Ciclovía/Barreira (Processo nº 750/3851/2022)	-	-	-	
ITBI	Isenção	Isenção do ITBI na primeira transmissão, ao mutuário, relativa a imóvel integrante de empreendimento habitacional de interesse social (ampliação do valor do imóvel sujeito à isenção, da referência E1 do CTM para R\$ 144.402,90).	Lei nº 3.698/2022: art. 2º.	-	-	-	
ITBI	Isenção	Isenção do ITBI na aquisição de imóveis por meio da Compra Assistida, tendo o Município como parte interveniente e em benefício das famílias reassentadas, no bojo do Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social – PRODUI, nos termos do Decreto nº 13.254/2019.	Lei nº 3.698/2022: art. 3º.	59.974	62.253	64.612	
TOTAL				3.901.593	3.917.277	3.933.112	

FONTE: SMF - 16/03/2023

Notas explicativas:

1. As projeções de renúncia de receita referentes às leis vigentes há mais de 3 (três) anos não estão incluídas neste demonstrativo, na forma do art. 14 da LC nº 101/2000, posto que o impacto orçamentário-financeiro decorrente de tais normativos já foi incorporado às séries históricas de arrecadação e, portanto, não compromete a previsibilidade das estimativas das receitas orçamentárias bem como não prejudica o cumprimento das metas fiscais. Esta nota não se aplica às renúncias de receitas que estão sujeitas a variações anuais mais significativas.
2. A renúncia de receita de ISSQN e de IPTU referente à Lei de Incentivo à Cultura foi calculada com base no valor máximo de desconto previsto pela Secretária Municipal de Fazenda, conforme previsão no art. 62 da Lei nº 3.182, de 18 de dezembro de 2015, sendo certo que o atingimento destes valores depende da captação de recursos por incentivadores e que, via de regra, os limites não são atingidos.
3. O valor da renúncia referente aos créditos para tomadores de serviços do programa NITNOTA foi calculado com base em valores históricos de créditos concedidos em anos anteriores.
4. A estimativa da SMF é de que não haverá impacto orçamentário significativo decorrente da redução da alíquota do ISS para os serviços de streaming de áudios e vídeos.
5. Conforme apresentado nos autos do processo administrativo nº 750/3851/2022, estimou-se que não haverá impacto orçamentário significativo decorrente das renúncias de receita de IPTU e TCIL oriundas da REURB São José e Igrejinha e Ciclovia/Barreira.
6. A estimativa da SMF é de que não haverá impacto orçamentário significativo decorrente da isenção do ITBI na primeira transmissão, ao mutuário, relativa a imóvel integrante de empreendimento habitacional de interesse social.

7. A estimativa da isenção do ITBI na aquisição de imóveis por meio da “Compra Assistida”, tendo o Município como parte interveniente e em benefício das famílias reassentadas, foi calculada com base no valor da isenção concedida no exercício de 2022 e na projeção de concessão de novas isenções nos exercícios seguintes. Foi considerada, inclusive, a extensão do benefício para a Comunidade da Ciclovía/Barreira (“Programa Pró-Social”), conforme previsto no Decreto 14.154/2021.

Demonstrativo 8

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

§ 2o, inciso V, do art. 4o da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

O conceito de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado (DOCC) foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no art. 17, conceituando-a como Despesa Corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo Normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. É considerado aumento de despesa, a prorrogação da DOCC criada por prazo determinado.

A LRF estabelece que os atos que criarem ou aumentarem as DOCC deverão ser instruídos com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. Também deve haver a comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no § 1o do art. 4o da LRF e seus efeitos financeiros nos períodos seguintes devem ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesas. As DOCC não serão executadas antes da implementação de tais medidas.

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O aumento permanente de receita é definido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3o do art. 17 da LRF). Além de medidas específicas descritas a seguir, considera-se como ampliação da base de cálculo nesta estimativa a expectativa de crescimento real da atividade econômica, mensurada pela expansão marginal da arrecadação a ser provocada isoladamente pelo efeito quantidade sobre a arrecadação ajustada e devidamente atualizada pelos efeitos legislação.

Desse modo, para estimar o aumento permanente de receita, primeiro identificaram-se as receitas permanentes e as despesas continuadas para os exercícios de 2023 e 2024. Com base nas projeções de receitas e despesas detalhadas no item 4 deste Anexo de Metas foi calculada a margem de expansão pela diferença entre o aumento permanente de receita e as novas DOCC.



Receitas Permanentes		2023	2024	Varição
Receitas Tributárias		1.378.676.501	1.458.701.038	80.024.537
IPTU		521.214.626	552.226.896	31.012.270
ISS		490.557.854	517.930.983	27.373.128
ITBI		75.287.488	78.381.804	3.094.316
IRRF		218.646.124	234.191.863	15.545.739
Outras Receitas Tributárias		72.970.409	75.969.493	2.999.084
Receitas de Contribuições		166.361.242	175.450.082	9.088.839
Receitas Previdenciárias		126.454.501	135.445.416	8.990.915
Outras Receitas de Contribuições		39.906.741	40.004.665	97.924
Transferências Correntes		1.095.710.927	1.135.554.082	39.843.155
Cota-Parte do FPM (80%)		97.054.593	102.470.239	5.415.646
Cota-Parte do ICMS (80%)		453.615.266	472.258.853	18.643.587
Cota-Parte do IPVA (80%)		99.651.065	105.211.594	5.560.529
Cota-Parte do ITR (80%)		160.605	167.206	6.601
Transferências da LC 87/1996 (80%)		-	-	-
Transferências da LC nº 61/1989 (80%)		11.096.208	11.552.262	456.054
Transferências do FUNDEB		174.257.387	181.419.365	7.161.979
Outras Transferências Correntes		259.875.804	262.474.562	2.598.758
Total de Receitas Permanentes		2.640.748.670	2.769.705.202	128.956.532

Despesas Continuadas		2023	2024	Varição
Pessoal e Encargos Sociais		1.977.449.916	2.118.046.605	140.596.689

AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2024

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	128.956.531,55
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	128.956.531,55
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	128.956.531,55
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	140.596.689,04
Novas DOCC	140.596.689,04
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	-11.640.157,49

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda.Data da emissão 11/04/2023

Anexo de Riscos Fiscais (Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000)

O § 3º do art. 4º da LRF, transcrito a seguir, determina o que a LDO deverá conter no Anexo de Riscos Fiscais (ARF).

“§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.”

O ARF seguiu as regras, estrutura, conceitos e premissas estabelecidas no Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que assim define riscos fiscais:

Riscos Fiscais podem ser conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim, aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.

É importante ressaltar que riscos repetitivos deixam de ser riscos, devendo ser tratadas no âmbito do planejamento, ou seja, devem ser incluídas como ações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do ente federativo.

De forma a estruturar a análise, os riscos identificados no âmbito do Município são classificados como riscos da receita e riscos de passivos contingentes.

Riscos da Receita

Em relação ao risco relacionado à receita, cabe destacar os efeitos do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4917, referente à lei 12.734/2012, sobre os repasses de royalties e participação especial ao Município de Niterói. Avalia-se como extremamente difícil antecipar o teor da decisão do STF sobre a matéria. Em um cenário em que ocorra o reconhecimento da constitucionalidade da lei, pairam dúvidas sobre a modulação dos efeitos da decisão, e também quanto ao início do escalonamento das alíquotas.

Outro risco fiscal que merece destaque é a redistribuição de royalties e participação especial em razão do julgamento definitivo das ações judiciais nº 1030507-87.2022.4.01.0000 - TRF 1ª Região e 1003642-12.2022.4.01.3400, TRF 2ª Região.

Em relação a primeira demanda - ação ordinária nº 1030507-87.2022.4.01.0000, em trâmite na 21ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal – TRF 1ª Região, os municípios de São Gonçalo/RJ, Magé/RJ e Guapimirim/ES ajuizaram ação em face da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - ANP e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, objetivando as suas inclusões como beneficiários de royalties e participação especial por serem confrontantes com os campos produtores de Berbigão, Norte de Berbigão, Sul de Berbigão, Sul de Tupi e Tupi. Paralelamente, o Município de Niterói ajuizou ação judicial nº 1003642-12.2022.4.01.3400, na Justiça Federal da 2ª Região, com pedido de tutela antecipada a fim de reverter sentença proferida pelo juízo federal do Distrito Federal.

No Superior Tribunal de Justiça - instância superior, foi obtida suspensão de liminar e da sentença, considerando apelação interposta pelo Município de Niterói no processo nº 1030507-87.2022.4.01.0000 - TRF 1ª região, além de sustar os efeitos da tutela concedida nos autos do processo nº 1003642-12.2022.4.01.3400 - TRF 2ª região.

A repartição de royalties pretendida pelos municípios supracitados, em desacordo com os critérios gerais e uniformes definidos pela ANP, implicaria queda drástica do repasse das receitas de royalties e participações especiais para Niterói.

Estima-se redução de 55,9% de receita de royalties considerando os efeitos da nova confrontação proposta na sentença judicial. Já para as participações especiais, a redução é ainda mais significativa, da ordem de 63,76%, quase dois terços do valor a receber por Niterói.

Riscos de Passivos Contingentes

Existe um passivo judicializado relacionado com a Carteira Habitacional da Niterói Prev – ex-IBASM e a utilização de recursos do FGTS para realizar empreendimentos habitacionais tendo o Niterói Prev na condição de agente promotor e financeiro, com risco assumido pela Prefeitura. O valor atualizado da dívida em 30/03/2023 foi lançado no demonstrativo, conforme registro da STN enviado à SMF.

Gestão de Riscos

A gestão de riscos relacionada às situações descritas no presente documento passa, primeiramente, pela correta identificação e mensuração das situações que podem ter impacto significativo nas contas públicas municipais. Nesta linha, a elaboração deste Anexo, com as informações trazidas

nesta edição, já pode ser considerada como um auxílio aos mecanismos de mitigação dos riscos aqui descritos. Na sequência, passa-se pela decisão estratégica de decidir quais serão as ferramentas que a administração pública municipal utilizará a fim de minorar os efeitos daqueles riscos identificados e, aqui, cita-se, como exemplo, a boa gestão fiscal e orçamentária que propicia o atingimento de superávits financeiros, que são preservados para fazer frente ao surgimento de despesas oriundas dos riscos fiscais, assim como a instituição do Fundo de Equalização da Receita de Niterói, que poupa 10% do valor total arrecadado da participação especial do petróleo, para utilização em caso de frustração de receitas, bem como a utilização da prática de congelamento parcial do orçamento no início do exercício fiscal a fim de garantir, primeiramente, a entrada de recursos financeiros para lastrear a execução de despesas públicas.

Para que tais práticas possam ter sua eficácia e eficiência atestadas, é necessário que se realize o monitoramento e controle contínuos, tanto dos riscos identificados (e, porventura, a inclusão de novos riscos), como das ferramentas utilizadas pela administração municipal para enfrentá-los. Neste sentido, em 24 de março de 2021, o Município instituiu no Decreto nº 13.958/2021, o Comitê permanente para o monitoramento dos riscos fiscais do Município de Niterói, cabendo à Secretaria Municipal de Fazenda sua coordenação, buscando a avaliação de riscos que produzam impacto nas projeções de resultados municipais de médio e longo prazo.

Adicionalmente, importante enfatizar a Portaria nº 29/2022 da Procuradoria Geral do Município (PGM), publicada em 31 de dezembro de 2022, com intuito de monitorar as ações judiciais que possam representar riscos fiscais para o Município. Nesse sentido, foram estabelecidos os critérios e procedimentos a serem observados pela PGM a fim de realizar a produção, tratamento e sistematização de informações sobre as ações ajuizadas contra o Município, suas autarquias ou fundações públicas. De acordo com art. 8º do referido normativo, foi criado um Grupo de Trabalho (GT), composto por servidores da PGM, para auditoria, monitoramento e gestão das informações referentes às ações judiciais dessa natureza. O prazo inicial de duração do GT será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período. Trata-se, portanto, de uma ferramenta eficaz do Município para mitigar e prevenir eventuais riscos fiscais decorrentes de ações judiciais, bem como promover a consolidação dos dados necessários para confecção do Anexo de Riscos Fiscais e elaboração das demonstrações contábeis destinadas a compor a prestação de contas do Prefeito.

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ milhares

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Passivo judicializado relacionado com a Carteira Habitacional da Niterói Prev – ex-IBASM e a utilização de recursos do FGTS para realizar empreendimentos habitacionais tendo o NiteróiPrev na condição de Agente Promotor e Financeiro, com risco assumido pela Prefeitura. Informações da Secretaria do Tesouro Nacional.	283.000	Busca do equilíbrio orçamentário a partir do cancelamento de dotações e utilização do Superávit Financeiro Ano Anterior.	283.000
TOTAL	283.000	TOTAL	283.000
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação com Royalties do Petróleo, devido a efeitos do julgamento da ADI 4917	451.737	Fundo de Equalização da Receita	50.000
		Superávit Financeiro Ano Anterior	186.000
		Cancelamento de dotações	215.737
Redução de receita de royalties e participação especial em razão de decisão definitiva de ação judicial proposta pelos municípios de São Gonçalo/RJ, Magé/RJ e Guapimirim/ES para redistribuição dos royalties e participação especial do petróleo (processos judiciais nº 1030507-87.2022.4.01.0000 - TRF1ª Região e 1003642-12.2022.4.01.3400 - TRF 2ª Região)	1.090.582	Fundo de Equalização da Receita	148.553
		Superávit Financeiro Ano Anterior	471.014
		Cancelamento de dotações	471.015
TOTAL	1.542.319	TOTAL	1.542.319